

ATA DA 015ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 05 DE JUNHO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 17h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Ciro Roza - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirce Heiderscheidt - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gelson Merisio - Gilmar Knaesel - Ismael dos Santos - Jailson Lima - Jean Kuhlmann - Joares Ponticelli - Jorge Teixeira - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Nilson Gonçalves - Padre Pedro Baldissera - Reno Caramori - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Valmir Comin - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão extraordinária.

Passaremos à Ordem do Dia.

Votação da redação final do Projeto de Lei 0106/2012, de autoria do deputado José Nei Ascari.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s: 0332, 0333, 0334 e 0335/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0336/2013, de autoria do deputado Antonio Aguiar; 0337 e 0338/2013, de autoria do deputado Jailson Lima e 0339/2013, de autoria do deputado Jean Kuhlmann, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência também comunica que defere de plano os seguintes Requerimentos n.s 0583/2013, de autoria do deputado Reno Caramori; 0584/2013, de autoria do deputado Neodi Saretta; 0585/2013, de

autoria do deputado Jailson Lima; 0586/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; 0587/2013, de autoria do deputado Dirceu Dresch; 0588, 0589, 0590, 0591, 0592, 0593, 0594, 0595, 0596, 0597, 0598, 0599, 0600, 0601, 0602, 0603, 0604/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves.

Moção n. 0044/2013, de autoria do deputado Dado Cherem, a ser enviada à presidenta da República, ao governador do estado, ao ministro do Turismo e ao secretário nacional do Turismo, manifestando congratulações pela exitosa conquista e pelo empenho dos recursos federais e estaduais destinados à construção do Centro de Eventos no município de Balneário Camboriú.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os srs. deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovada.

Fim da pauta da Ordem do Dia.

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Pela ordem, sr. presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Com a palavra, pela ordem, a deputada Ana Paula Lima.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, apenas para agradecer a presença e dar boas-vindas à vereadora do Partido dos Trabalhadores, do município de Palmitos, sra. Loreci Pfeifer.

Seja bem-vinda ao Parlamento catarinense.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Joares Ponticelli) - Muito obrigado, deputada Ana Paula Lima. Esta Presidência também agradece a visita da ilustre autoridade destacada por v.exa.

Esta Presidência recebeu Ofício n. 0311, com a solicitação do deputado José Milton Scheffer e demais líderes, com base no Ato da Mesa n. 0227/2011, da suspensão da sessão ordinária do dia cinco de junho de 2013, pelo tempo de dez minutos,

para que o sr. Tadeu Santos possa discorrer, na tribuna, sobre a Abordagem dos Potenciais Ecoturísticos de Araranguá e região. O evento sobre exposição de fotos será entre os dias primeiro a 15 de junho, no hall desta Casa Legislativa.

Está suspensa a sessão por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) (Faz soar a campainha.) - Está reaberta a presente sessão.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o deputado Valmir Comin, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO VALMIR COMIN - Sr. presidente, eu fiz questão de insistir, porque acabei perdendo o horário do partido e precisava discorrer aqui sobre um tema que considero extremamente importante.

(Passa a ler.)

"Refiro-me às obras do Pacto por Santa Catarina em curso pelo governador Raimundo Colombo que haverá de mudar a face do estado de Santa Catarina.

Estão sendo ultimados os contratos de financiamento com o governo federal e com outros agentes financeiros capazes de permitir o lançamento de editais de licitação e correspondentes ordem de serviço para a execução das obras estruturais capazes de assegurar o desenvolvimento econômico e sustentável do nosso estado. No entanto, sr. presidente e srs. deputados, tenho acompanhado de perto o formato dessas iniciativas, em especial aquelas ao encargo da secretaria de Infraestrutura, sob a batuta do ilustre secretário deputado Valdir Cobalchini.

A minha especial referência diz respeito à formal participação de consórcios de empresas no concurso dos editais, instituto este amplamente coberto por legislação federal e estadual.

Entendo que um consórcio é a soma de capitais e competências, de sorte a permitir que empresas de menor porte, em conjunto, possam concorrer a obras de maior porte. É evidente que assim participando cada uma poderá ampliar a competência

técnica de seus acervos profissionais, tanto empresarial como individualmente.

Para exemplificar, recentemente o departamento estadual de Infraestrutura lançou as concorrências para os editais n. 047/13, 048/13, 049/13 e 050/13, que tratam de serviços rodoviários que envolvem terraplenagem, pavimentação asfáltica, drenagem, obras de arte, sinalização e obras complementares de meio ambiente, respectivamente nas rodovias SC-427 (Ituporanga x acesso a Imbuia), SC-477/422 (Moema x acesso à Volta Grande), SC-477/112 (Moema x Dr. Pedrinho) e SC-453 (Tangará x Luzerna).

Essas obras, srs. deputados, somam recurso da ordem de R\$ 273 milhões, de um mínimo de R\$ 27 milhões a um máximo de R\$ 87 milhões. São valores significativos e, como mencionam os próprios editais, tratam de diversos serviços de engenharia, repito, desde terraplenagem até cobertura asfáltica.

O concurso das empresas, em particular, as de Santa Catarina, também em consórcio, devem ser, por esses editais, estimuladas a enfrentarem esses desafios, permitindo a participação de profissionais, de materiais, de capital catarinense. Não estamos aqui limitando qualquer participação de empresas de outros estados, mas ao permitir o consórcio nossas pequenas e médias empresas, em conjunto, tornam-se tão grandes e fortes como virtuais competidores de nossos estados irmãos.

Assim, para concluir, faço registro para que ele tenha o devido endereço ao ilustre deputado Valdir Cobalchini, que por certo determinará que aquelas obras aqui mencionadas, como as do Pacto por Santa Catarina, o instituto do Consórcio será formalmente contemplado nos editais, permitindo o engrandecimento da engenharia catarinense, que mais ainda vezes ocorrem por terceirização, acabando por existir o consórcio por decisão e não pelo estímulo de engrandecimento da engenharia de Santa Catarina."

Sr. presidente, srs. deputados, é evidente que a legislação, a Constituição Federal estabelece direito e igualdade para todos. Você não pode cercear a participação de quem quer que seja numa concorrência, quer estadual, nacional, municipal ou até internacionalmente falando. Mas os editais lançados pelo Deinfra descartam a total participação dos consórcios. Isso não está expresso, mas em momento algum ele dá o indicativo ou sinaliza qual o caminho a ser seguido, que os consórcios através das pequenas empresas catarinenses, cada uma nas suas peculiaridades, suas especialidades técnicas, possam exercer a condição de poder se projetar e competir com igualdade e condições a empresas de grande monte.

Por isso, vejo com muita expectativa e tenho a certeza e a convicção de que não diferente é a intenção e a sensibilidade do secretário Valdir Cobalchini e muito mais do próprio sr. governador Raimundo Colombo, pois estamos falando em grandes investimentos.

Nós estamos falando de um PAC de mais de R\$ 9 bilhões. E as referências que fiz aqui são de alguns editais, mas estamos fazendo uma monta de várias obras, em várias vigas mestras deste estado, já entrando na segurança, saúde, infraestrutura e ação social.

Por essa razão achei por bem e necessário fazer esse pronunciamento, chamando a atenção do governo sobre as empresas e que a grande maioria delas são empresas de caráter extremamente idôneo, de competência extrema e qualificada e que podem muito bem competir nessa condição, desde que o Deinfra permita, através de seu edital, a participação dos consórcios catarinenses.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Nilson Gonçalves) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para

amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Também agradecemos à nossa assessoria da Mesa Diretora, que com muito esmero e carinho trabalhou no dia de hoje, ao pessoal do plenário da Casa, aos funcionários, ao pessoal da Polícia Militar, da TVAL, aos amigos da imprensa, enfim, a todos que colaboraram para que tivéssemos e levássemos a bom termo esta sessão.

Está encerrada a sessão.